

## IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

### Solicitação de Desmembramento de Itens em Grupo

À

*Comissão de Licitação / Pregoeiro*

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL

PREGÃO N.º 90.027/2025 – ELETRÔNICO

---

Sarko Digital Tecnologia da Informação Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 24.344.600/0001-35, com sede no SCS Quadra 08 Bloco B-50 Andar 8 Sala 814 Venâncio Shopping, Asa Sul, Brasília, DF CEP: 70333-900, por seu representante legal infra-assinado, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria apresentar a presente

## IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

com fundamento no art. 164 da **Lei nº 14.133/2021**, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos.

### 1. DOS FATOS

O Edital em epígrafe prevê a contratação **de eventual fornecimento de bens e serviços, no formato de prestação de serviço, para monitoramento da rede interna, voltados para análise, detecção e resposta de ameaças cibernéticas em escala 24x7x365**, os quais foram **aglutinados em um único grupo**, embora se destinem a **unidades federativas distintas**, notadamente os Estados de **Mato Grosso do Sul (MS)** e **Minas Gerais (MG)**.

No entanto, durante a pesquisa de preços realizada por este Tribunal, verificou-se que os valores praticados pelos fornecedores variam significativamente **por estado de entrega**, em razão de fatores de quantidade de dispositivos e alta disponibilidade.

Para exemplificar:

- O fornecedor **ALLTECH** apresenta **o menor preço para fornecimento no Estado do MS**;
- Contudo, para o Estado de MG, **o mesmo fornecedor pratica valores superiores ao de outros concorrentes**, não sendo, portanto, o mais vantajoso.

Dessa forma, ao manter os itens em **grupo único**, corre-se o risco de **"punir"** uma das unidades da federação, uma vez que o vencedor

será o fornecedor com **menor preço global do grupo**, e não o mais vantajoso **para cada localidade**, comprometendo a economicidade e a eficiência da contratação.

## **2. DA NECESSIDADE DE DESMEMBRAMENTO DOS ITENS**

A Lei nº 14.133/2021 determina expressamente que os itens devem ser licitados **individualizadamente**, salvo se demonstrada, de forma técnica e motivada, a necessidade de agrupamento. Vejamos:

**Art. 40, § 1º:** A Administração **não poderá** realizar licitação cujo objeto inclua bens e serviços sem similaridade ou de marcas, características e especificações exclusivas, **salvo quando tecnicamente justificável**.

**Art. 46:** Na aquisição de bens, a adjudicação será feita **por item**, e não por preço global, **salvo disposição contrária devidamente motivada**.

No presente edital, **não há motivação técnica** que justifique o agrupamento dos itens, o qual, ao contrário, tende a gerar **perda de competitividade e possível dano ao erário**, já que impede que fornecedores apresentem sua melhor combinação de preços conforme localidade de entrega.

Além disso, o Tribunal de Contas da União (TCU) possui entendimento consolidado no sentido de que:

- A aglutinação injustificada de itens **viola os princípios da competitividade e da economicidade**;
- O parcelamento do objeto deve ser a regra, obrigando a Administração a demonstrar, de forma clara e objetiva, eventual impossibilidade técnica ou econômica.

Exemplos: Acórdãos TCU nº 1.793/2011 – Plenário; 2.692/2015 – Plenário; 1.214/2013 – Plenário.

No presente caso, como os itens são destinados a **unidades federativas diversas**, com diferentes perfis de utilização, o agrupamento inviabiliza a formulação de propostas competitivas e impede a Administração de obter o **melhor preço por item e por localidade**, o que contraria a própria razão de ser da licitação.

## **3. DO PEDIDO**

Diante do exposto, requer-se:

1. **O desmembramento dos itens do grupo**, de modo que cada item correspondente a cada estado (MS e MG) seja licitado **individualmente. Ou seja, 02 grupos no edital**;

2. A **retificação do edital** para permitir a apresentação e julgamento de propostas por item;
3. A **prorrogação dos prazos** previstos no edital, conforme determina a Lei nº 14.133/2021, em razão da alteração de suas condições.

#### **4. DO ENCERRAMENTO**

A presente impugnação visa apenas garantir a estrita observância dos princípios da **isonomia, competitividade, economicidade e do julgamento objetivo**, resguardando o interesse público e assegurando à Administração a obtenção da proposta mais vantajosa.

Termos em que,  
Pede deferimento.

**Brasília, DF 10 de dezembro de 2025**

**Michelle Picon Petry Maciel**

Gerente de projetos

Sarko Digital Tecnologia da Informação Ltda

CNPJ sob o nº 24.344.600/0001-35

contato.licitacao@sarko.com.br